

www.atomoelinea.com.br
VISITE NOSSO WEBSITE

6ª Edição | revisada e ampliada



INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

conceitos, fontes de dados e aplicações

Paulo de Martino Jannuzzi

ISBN 978-85-7516-807-3



9 788575 168073

Alinea

Desde a primeira edição deste livro, em 2001, o Brasil e o mundo passaram por intensas mudanças. Novas agendas de políticas e programas sociais foram propostas, expandiram-se, consolidaram-se. Novos indicadores têm sido engendrados e demandados pelas políticas públicas. Surgiram os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agora ampliados com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que vêm mobilizando países, instituições estatísticas e centros de pesquisa a produzirem novos indicadores, em bases mais regulares.

Tornou-se necessário, portanto, empreender uma revisão expressiva do livro e complementá-lo com tópicos adicionais que refletissem o debate mais atual na área. Foi o que se fez nesta edição: foram revisados tópicos sobre o significado e uso de indicadores sociais, introduziram-se novas referências de leitura, atualizaram-se o quadro de pesquisas e a fonte de dados, o que ampliou o escopo temático de indicadores discutidos, que agora abrange indicadores ambientais, econômicos e de pobreza multidimensional. Por fim, incorporou-se um novo capítulo sobre a complexidade do uso de indicadores nas políticas sociais.



6ª Edição
Revisada e Ampliada

Indicadores Sociais no Brasil

conceitos, fontes de dados e aplicações

Paulo de Martino Jannuzzi





DIRETOR GERAL
Wilson Mazalla Jr.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Maridia R. Lima

COORDENAÇÃO DE REVISÃO E COPYDESK
Catarina C. Costa

REVISÃO DE TEXTOS
Paola Maria Felipe dos Anjos

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Fabio Diego da Silva
Tatiane de Lima

CAPA
Patrícia Lagoeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jannuzzi, Paulo de Martino
Indicadores sociais no Brasil / Paulo de Martino
Jannuzzi. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
6ª Edição

1. Indicadores sociais - Brasil. 2. Ciências sociais -
Métodos estatísticos. 3. Pesquisa social. I. Título.

CDD - 300.0182
- 300.18
- 300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Indicadores sociais 300.0182
2. Ciências sociais - Métodos estatísticos 300.18
3. Pesquisa social 300.72

ISBN 978-85-7516-807-3

Todos os direitos reservados ao

Grupo Átomo e Alínea

Rua Tiradentes, 1053 - Guanabara - Campinas-SP
CEP 13023-191 - PABX: (19) 3232.9340 e 3232.0047

www.atomoelinea.com.br

Impresso no Brasil

À Ana Paula.

Sumário

Prefácio	7
Apresentação à Nova Edição	9
Introdução	13
Capítulo 1	
Conceitos Básicos	17
Definição de indicador social	21
Sistema de indicadores sociais	24
Tipologias de indicadores.....	28
Propriedades desejáveis.....	34
Capítulo 2	
Fontes de Dados, Pesquisas e Relatórios Sociais.....	43
Os censos demográficos	47
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).....	53
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).....	56
Pesquisa de Orçamento Familiar e outras pesquisas sociais	58
Levantamentos institucionais na área social	61
Os registros administrativos e cadastros públicos.....	64
Os relatórios e os sites de Indicadores Sociais	71
Capítulo 3	
Principais Indicadores Sociais: significados e usos para política social.....	79
Indicadores demográficos e de saúde.....	81
Indicadores educacionais, de Cultura e de Ciência e Tecnologia.....	92
Indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade	99

Indicadores de pobreza, insegurança alimentar e desenvolvimento humano.....	109
Indicadores habitacionais, de infraestrutura urbana e qualidade de vida.....	123
Indicadores político-sociais e de opinião pública	129
Indicadores ambientais e seus impactos socioeconômicos	133
Indicadores econômicos para análise da conjuntura social.....	137
Capítulo 4	
Indicadores e Políticas Sociais.....	149
Indicadores na elaboração de diagnósticos socioeconômicos.....	152
Indicadores de capacidade de gestão e implementação de políticas e programas sociais.....	157
Indicadores para monitoramento e avaliação de políticas.....	160
Indicadores sintéticos: em que contribuem na avaliação de políticas e programas?	163
Construção de indicadores sintéticos e de indicadores multicriteriais.....	168
Indicadores de desenvolvimento do milênio e de desenvolvimento sustentável	172
Considerações Finais	183
Referências.....	187
Sobre o Autor	193

Prefácio

Decorridos mais de quinze anos da primeira edição deste livro, a excelência dele como guia conceitual e metodológico sobre a construção, a importância e o papel dos indicadores sociais permanece viva na memória daqueles que, desde aquela época, estavam envolvidos na sua produção e análise ou daqueles que se aventuravam no estudo e nas transformações da realidade política e social.

Sucessivas edições comprovaram a relevância e o interesse do tema, em consonância com a rica e complexa história dos processos sociais recentes no Brasil.

Eis que agora, Paulo Jannuzzi nos brinda com uma robusta e atualizada edição que reflete a própria experiência do autor, em sua brilhante trajetória como analista, produtor, formulador e avaliador de políticas sociais nos últimos anos. Estamos diante de um texto coerentemente integrado, que se baseia no retrato histórico do movimento dos indicadores e de sua evolução, detendo-se nos conceitos, nexos, limitações e usos em relação à gestão pública e às políticas sociais.

Chama a atenção, inicialmente, a detalhada descrição dos contextos correspondentes às etapas históricas do chamado movimento dos indicadores sociais desde os anos 1960 e seu desdobramento nos novos caminhos abertos pelas agendas internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relato identificado com uma visão abrangente e questionadora.

É necessário ressaltar que o autor, tendo já longa experiência no trato da produção de informações e na gestão pública de políticas, preocupa-se, no conjunto da obra, em deixar claro que “não se pode superestimar a capacidade de síntese e objetivação que tais medidas (os indicadores) podem proporcionar para o analista social ou decisor público”.

Em outras palavras, a ‘modelização’ da realidade social é um recurso que permite focar a realidade, apontar as iniquidades e dimensioná-las, mas não é a realidade em si. As decisões de políticas públicas e suas bases técnicas, tão bem descritas no novo e integrante quarto capítulo, são escolhas que objetiva ou subjetivamente

também se apoiam em juízos de valor e visões estratégicas. Essa é uma advertência que o autor inclui em momentos específicos do texto, revelando sua plena compreensão da importância, das formas de uso e das limitações dos sistemas de mensuração da realidade.

Em suma, estamos diante de um guia conceitual e metodológico que informa e faz pensar. A natureza e a referência concreta de cada conjunto temático ou setorial de indicadores é esmiuçada de forma didática e orientada em relação à aplicação e uso com um elenco de cuidados e restrições.

Numa época em que as desigualdades tendem a crescer na maior parte do mundo, os sistemas de bem-estar e proteção social vem sendo progressivamente enfraquecidos em vários países e as políticas redistributivas enfrentam fortes resistências, é extremamente útil e bem-vinda essa possibilidade que as novas (e também, as antigas) gerações tenham de consultar este livro texto. Ele destina-se verdadeiramente aos estudiosos da questão social, aos técnicos de instituições públicas e não governamentais, aos planejadores de políticas, aos especialistas multidisciplinares e aos cidadãos em geral.

Por último, gostaria de enfatizar, na minha visão pessoal, uma das mais importantes lições que, acredito, o autor nos transmite. Ao percorrer o texto, vai naturalmente sendo elaborada a narrativa que identifica a história das estatísticas e indicadores sociais em sua direta correspondência com o desenvolvimento e amadurecimento de um conjunto de instruções públicas brasileiras, evidenciando o extraordinário avanço da produção de pesquisas, inquéritos e registros públicos, em nível nacional e subnacional.

É igualmente sintomático que tenha ocorrido no IBGE, em 1973, a criação do primeiro grupo gerencial para estruturação de um sistema de indicadores sociais fundamentado em relatórios e, posteriormente, em 1998, com a divulgação anual da Síntese de Indicadores Sociais, com a cobertura de temas básicos de indicadores. A formulação e gestão de políticas públicas interagiu com os sistemas públicos de estatísticas e indicadores, que não ficaram restritos ao IBGE, mas diversificaram-se por ministérios, órgãos estaduais e municipais. Quero crer ser esse um registro importante para reconhecer o relevante papel das instituições e da informação pública neste país.

Deve-se, por conseguinte, saudar Paulo Jannuzzi por esta nova edição revista e ampliada, cuja simplicidade e clareza conceitual, metodológica e analítica não pode ocultar a densidade e o tempo de maturação desta obra dedicada aos que procuram entender a realidade social brasileira e nela atuar.

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Coordenador de População e Indicadores Sociais do
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1994 a 2013

Apresentação à Nova Edição

Mais de quinze anos se passaram desde a primeira edição de *Indicadores Sociais no Brasil*. Muito se produziu e se discutiu sobre a temática multidisciplinar dos Indicadores Sociais nas universidades, centros de pesquisa, organismos multilaterais, escolas de governo e na Administração Pública. O IBGE, em seus oitenta anos de compromissos republicanos com o Estado e Sociedade brasileiros, ampliou significativamente sua produção de estatísticas sociais, organizando novas pesquisas, estudos e publicações. A necessidade de aperfeiçoamento da gestão pública, nos três níveis de governo, levou à estruturação e melhoria da qualidade dos registros e cadastros públicos, bem como à implantação de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas e programas, com maior robustez metodológica e credibilidade.

Nesse período, o Brasil e o mundo passaram por intensas mudanças sociais; novas agendas de políticas e programas sociais foram propostas, expandiram-se, consolidaram-se. Nessa construção de uma sociedade mais justa e equânime, novos indicadores têm sido engendrados e demandados pelas políticas públicas. Surgiram os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); agora ampliados com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Agenda 2030, mobilizando países, instituições estatísticas e centros de pesquisa a produzirem novos indicadores, em bases mais regulares.

A leitura da produção técnica e acadêmica produzida nestes quinze anos, o debate com estudantes, palestrantes e pesquisadores e o convívio com colegas proporcionaram muitas reflexões e sugestões para o aprimoramento do que havia escrito nas versões anteriores do livro. Era necessário, pois, empreender uma revisão expressiva dele e complementá-lo com tópicos adicionais, que refletissem o debate mais atual na área. Foi o que procurei fazer na presente edição, reescrevendo sobre o significado e uso de indicadores sociais, introduzindo novas referências de leitura, atualizando o quadro de pesquisas, fonte de dados e indicadores disponíveis e incorporando um novo capítulo, de modo que se aprofunde a discussão sobre Indicadores e Políticas Sociais.

Recebi muitas sugestões para produzir essa nova edição. Não poderia nominar todos aqueles que, como autores de livros e artigos, debatedores em seminários ou estudantes em sala de aula, trouxeram suas contribuições, questionamentos, dúvidas e sugestões. Outros auxiliaram ainda no apontamento de imprecisões e de acréscimos em versões finais desta revisão. Espero que se vejam reconhecidos pelo registro de algumas das instituições em que com eles pude debater, conviver e aprender: a PUC-Campinas, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo, a Fundação de Desenvolvimento Administrativo, a Fundação Prefeito Faria Lima, a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pelas experiências, conversas e conhecimentos compartilhados sobre diversas questões metodológicas da Pesquisa Social sou muito grato aos meus ex-orientandos e colegas professores na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, assim como aos companheiros do IBGE do Rio de Janeiro e de várias unidades estaduais e agências municipais.

Também muito favoreceu ter participado na produção do material didático para o curso Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública, no Curso de Especialização em Gestão Pública, dentro do Programa Nacional de Formação em Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil. Da mesma forma, aprendi muito sobre o uso instrumental dos indicadores na gestão pública como professor na Escola Nacional de Administração Pública e no cotidiano desafiador da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A passagem pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e na Escola Nacional de Administração Pública, que me acolheram em 2016 para período de licença-capacitação, também é outra marca pessoal importante, por viabilizar as condições materiais e o ambiente institucional para conclusão desta obra.

Um agradecimento especial precisa ser registrado ao editor Wilon Mazzala Jr. que, em 2001, se interessou em publicar a primeira versão dos *Indicadores Sociais no Brasil* e sempre me motivou a revisá-lo nesse período. Desse interesse e parceria acabou saindo, em 2016, outro livro, complementar ao *Indicadores Sociais*, intitulado *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais*. Ao Wilon e sua equipe da Editora Alínea, meu agradecimento pela aposta, incentivo e qualidade técnica do trabalho de edição.

Espero que esta nova edição do livro possa continuar auxiliando na formação de pesquisadores em métodos quantitativos da pesquisa social nas universidades, na elaboração de estudos socioeconômicos nos centros de pesquisas e no aprimoramento do ciclo de formulação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. Também gostaria que o livro servisse para tornar mais evidente a relevância do traba-

lho diligente que muitos técnicos do setor público realizam na área, em especial, os servidores do IBGE encarregados do planejamento, coordenação e coleta de informações em pesquisas domiciliares e em estabelecimentos, no Rio de Janeiro e em contextos territoriais tão diversos, distantes e dificultosos no país. Sem esse trabalho metucioso e dedicado dos pesquisadores e técnicos da instituição, o Brasil não contaria com séries regulares, consistentes e extensas de indicadores econômicos e sociais, fundamentais para acompanhar a mudança da realidade do país, para elaboração de estudos acadêmicos, para formulação e avaliação das políticas públicas.

Por fim, gostaria de reafirmar minha convicção de que o percurso civilizatório do Brasil em direção a uma sociedade mais justa, coesa e solidária requer esforços crescentes de bom e informado uso de informação para a ação governamental e para o debate público. Quanto mais conhecimento e mais esclarecido o diálogo, melhor é o entendimento dos problemas sociais e mais fácil se torna a busca de consensos e alinhamentos para superá-los. É dessa perspectiva e no calor da conjuntura político-social do presente momento que se apresenta e se propõe esta leitura.

Rio de Janeiro, maio de 2017

Paulo de Martino Jannuzzi

Introdução

Uma cifra estatística isolada é como poste com luz queimada: pode servir como apoio, mas sozinha não ilumina nada.

Qualquer cidadão, profissional, pesquisador, técnico ou gestor público que queira compreender melhor o debate atual sobre desemprego, pobreza, desigualdade ou que precise formular e implementar programas, projetos e ações nessas áreas necessita entender mais profundamente o que são os Indicadores Sociais, para que servem, como são construídos e como podem ser usados para acompanhamento da conjuntura social, no planejamento governamental e na gestão pública.

Indicadores como taxa de desemprego, mortalidade infantil, índice de Gini, proporção de pobres, taxa de frequência ou desempenho na escola, ou IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – aparecem com regularidade nos jornais, na mídia eletrônica, nos debates acadêmicos, nos fóruns de discussão técnico-política e nas propostas de projetos encaminhadas aos Ministérios, Secretarias Estaduais e Prefeituras. Cada vez mais, observam-se jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral utilizando-se de Indicadores Sociais para avaliar os avanços ou os retrocessos nas condições de vida da população; apontar a eficácia ou a ineficácia das políticas públicas ou defender suas posições quanto às prioridades sociais.

Como fotografias, os indicadores permitem reconstituir uma visão aproximada de determinadas dimensões da realidade social e quando coletados de forma periódica podem permitir a análise da mudança social. Se é fato que um conjunto de fotografias bem tiradas – em cores, nítidas, com ângulos e luminosidade adequados –, de moradias, ruas, crianças e idosos –, pode fornecer uma visão geral da situação social de uma comunidade ou região de interesse – assim como diversas tomadas colocadas em um filme –, indicadores construídos ou selecionados com base em critérios técnicos também podem retratar de maneira aproximada tal situação.

Depois de muito tempo confinados às esferas técnicas e acadêmicas, no âmbito dos órgãos de Planejamento Público, dos relatórios governamentais e das universida-

des, os Indicadores Sociais passaram a integrar o vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis, em última instância, pela definição das prioridades das políticas sociais e pela alocação dos recursos públicos.

Os indicadores ganharam um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira.

A evolução das políticas sociais e a estruturação de um sistema de proteção social no Brasil, como o desenhado na Constituição Federal de 1988, é o principal vetor por trás desse aumento de interesse nas diversas esferas. Certamente, outros elementos têm contribuído para a difusão crescente do uso de Indicadores Sociais na sociedade brasileira: de um lado, fatores de natureza político-institucional como o avanço da democratização política nas últimas décadas, maior acesso a fontes de informação pela sociedade, o surgimento de organizações sociais mais comprometidas e a pressão popular por maior transparência e por maior efetividade social do gasto público; de outro lado, fatores de natureza econômico-social, como os avanços contra fome, pobreza e desigualdade, mas também a resiliência de iniquidades históricas, o risco ao desemprego e à exclusão social.

Também colaboraram para a ‘popularização’ dos indicadores as iniciativas de divulgação mais ampla – jornais, revistas e televisão – dos resultados de pesquisas socioeconômicas realizadas pelas agências estatísticas, núcleos de pesquisa, institutos ligados às atividades de planejamento público, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e os relatórios de organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial para Alimento e Agricultura (FAO), entre outros.

Mostrar a potencialidade – e limitações – do uso dos indicadores para acompanhar a conjuntura social, na elaboração de estudos de condições de vida e na formulação de programas públicos é o que este livro propõe. Para tanto, ele se compõe, além desta Introdução e das Considerações Finais, de quatro capítulos, um a mais em relação às edições anteriores.

O primeiro capítulo inicia-se com um breve histórico sobre a temática e apresenta aspectos conceituais do significado, da construção, dos critérios de classificação e propriedades dos Indicadores Sociais. Em seguida, no segundo capítulo, significativamente ampliado em relação às versões anteriores do livro, encontram-se as principais fontes de dados para a construção de Indicadores Sociais no Brasil, abordando-se os levantamentos censitários e outras pesquisas amostrais do IBGE, os cadastros públicos e registros administrativos dos ministérios. Assim como houve um significativo alargamento das fontes de dados nos últimos 15 anos, também se

diversificaram as publicações, relatórios sociais e os *sites* onde buscar indicadores na *Internet*, temática também levantada nesse momento do texto. O terceiro capítulo traz um inventário de Indicadores Sociais mais convencionalmente usados na elaboração de diagnósticos de condições de vida e de estudos da mudança social, explicitando as características, potencialidades e limitações de várias medidas de renda, pobreza, mercado de trabalho, educação, saúde, demografia, habitação etc. Além da revisão conceitual e metodológica de vários indicadores, incluem-se tópicos – por certo parcimoniosos – sobre indicador de pobreza multidimensional, indicadores ambientais e indicadores econômicos relacionados à análise da conjuntura social.

No quarto capítulo, incorporado nesta edição, sistematiza-se parte do debate acerca dos Indicadores Sociais e Políticas Públicas. Aprofundando-se as temáticas tratadas anteriormente, discorre-se sobre a elaboração de diagnósticos propositivos para políticas e programas, bem como sobre os usos, maus usos e abusos de indicadores e índices no acompanhamento de políticas sociais. Além disso, há uma seção a respeito dos indicadores de monitoramento das duas agendas internacionais mais recentes de Desenvolvimento: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990-2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030).

Vale registrar que, ao final de cada capítulo, foram adicionadas referências de leitura complementar, para aprofundamento nos temas discutidos, as quais, embora não sejam exaustivas, servem para continuar o estudo aqui iniciado. Algumas indicações são um tanto antigas, mas figuram na relação por serem clássicas ou por não terem seu conteúdo coberto ou atualizado integralmente por outras publicações mais recentes.

Em que pese a utilidade e instrumentalidade técnico-política dos indicadores, aqui advogada, vale advertir, desde já, que não se pode superestimar a capacidade de síntese e objetivação da realidade que tais instrumentos podem proporcionar para o analista social ou decisor público. Centenas de fotos – ou horas e horas de filmagens – não conseguem captá-la em toda a dinâmica e complexidade em que é vivenciada pelas famílias; tampouco o fazem um indicador ou um conjunto exaustivo de indicadores sociais. Fotos, filmes e indicadores são recursos metodológicos que permitem ‘modelizar’ a realidade social, focando os aspectos priorizados pelo fotógrafo ou analista social. A objetividade absoluta, neutra, imparcial não existe; ela é socialmente construída. A realidade não é dada; é interpretada. Assim, indicadores são ‘modelos’ de representação; não são a realidade em si! Ajudam, contudo, a apontar nela iniquidades sociais, a dimensioná-las segundo um mesmo padrão técnico, a buscar soluções de políticas e programas para sua mitigação.

Também não se pode imaginar que as decisões de políticas baseadas no mosaico de indicadores para caracterizar a realidade social estão automaticamente

referendadas ou magicamente legitimadas, por mais completo que ele seja. Decisão em políticas públicas, com maior ou menor base técnica, é uma escolha dentre muitas, cada qual com suas vantagens e desdobramentos, com maior ou menor apoio dos diversos segmentos da sociedade, mas apoiada em juízos de valor e de antecipação estratégica de quem a toma. Como já advertia Miles (1985) há algumas décadas, indicadores não podem ser entendidos como instrumentos neutros, livres de valores ideológicos ou políticos, pois, embora tragam evidências cruciais que apoiam decisões políticas, não têm o poder de referendá-las de forma incontestada, como pressupõe certo tecnocratismo ingênuo ainda presente em diversas comunidades de pesquisadores e da Administração Pública. Indicadores não encerram o debate, iniciam uma boa discussão!

Fatos apontam, indicadores indicam, análises esclarecem. É dessa perspectiva de contribuição metodológica que os indicadores são aqui apresentados. Estudantes, pesquisadores, técnicos de organizações públicas e não governamentais ou qualquer cidadão podem valer-se dos conceitos e instrumentos deste livro para ter uma melhor compreensão da mudança social no país, assim como para a elaboração de análises de condições de vida ou, ainda, aperfeiçoamento da formulação e avaliação de políticas sociais no Brasil.



1

Conceitos Básicos

*Dados torturados confessam;
Indicadores robustos resistem;
Conhecimento embasado transforma.*

O aparecimento e o aprimoramento do campo de estudos aplicados de indicadores sociais estão intrinsecamente ligados ao surgimento e estruturação do Estado de Bem-Estar Social e à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. Em termos históricos, o desenvolvimento da área é recente, tendo ganhado corpo técnico-científico em meados dos anos 1960, no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e da aferição do impacto das políticas sociais pelo mundo (Atkinson, 2005). Há, certamente, contribuições anteriores para a construção de um marco conceitual sobre os indicadores sociais, como os estudos do sociólogo Emile Durkheim nas primeiras décadas do século passado ou mesmo antes, como sugere Neufville (1975). Ela defende que, embora 'indicador social' passasse ser o termo dominante nos anos 1960, a 'estatística' como prática de quantificação de fenômenos sociais para tomada de decisão pública remonta ao século XVII, com os trabalhos do inglês William Petty. Outras evidências de que a tradição dos 'indicadores sociais' é bem menos contemporânea do que se supõe seriam, segundo a autora, a preocupação com dimensionamento da pobreza e migração nos censos demográficos ingleses